



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
29.10.2024

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [IDEB DEZ, CARREIRA ZERO – O Popular](#)
- [AO GOSTO DO FREGUÊS – O Popular](#)
- [É GRAVE A SUSPEITA SOBRE VENDA DE SENTENÇA NO TJ-MS – Folha de São Paulo](#)
- [UNIDOS NO INFORTÚNIO – Folha de São Paulo](#)
- [CAIADO DIZ QUE PAÍS CANSOU DO JEITO COMO BOLSONARO FAZ POLÍTICA – Folha de São Paulo](#)
- [QUEDA DOS PREÇOS DE SERVIÇOS É CRUCIAL PARA DIMINUIÇÃO DA INFLAÇÃO GLOBAL, DIZ CAMPOS NETO – Folha de São Paulo](#)
- [CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES? – Folha de São Paulo](#)
- [HISTÓRICO CRIMINAL DE POLÍTICOS É DUAS VEZES MAIOR QUE O DA POPULAÇÃO, DIZ ESTUDO – Folha de São Paulo](#)
- [EM MUDANÇA JURISPRUDENCIAL, STJ DEFINE PRAZO PARA DURAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS – O Hoje](#)
- [POR NOVAS REGRAS CONTRA ABUSO DE PODER - Correio Braziliense](#)
- [LULA E GOVERNADORES DISCUTEM PLANO - Correio Braziliense](#)
- [EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS SÃO RECURSO PÚBLICO - Correio Braziliense](#)
- [LIRA QUER SOLUÇÃO DE ‘MEIO-TERMO’ PARA ANISTIA A GOLPISTAS – Valor Econômico](#)
- [NÚMERO DE PROCESSOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO POR ETARISMO DISPARA NA JUSTIÇA DO TRABALHO – Valor Econômico](#)
- [SENTENÇA CONSIDERA VÁLIDO ACORDO COLETIVO – Valor Econômico](#)
- [NOVA POSIÇÃO DO STJ SOBRE CARTAS DE FIANÇA – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 29.10.2024 – PÁG. 03

Ideb dez, carreira zero

Bia de Lima



Passada a euforia patrocinada pelas boas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb/2023, que colocou o ensino público do estado como o melhor do Brasil, o governo presenteou os professores da rede estadual, verdadeiros responsáveis pelo feito, com um pacote de maldades. E o fez justamente na data em que se comemora o Dia do Professor, 15 de outubro, com o envio para a Assembleia Legislativa de Goiás do projeto de lei que reestrutura a carreira do magistério.

Não foi um novo Plano de Carreira, como esperávamos e como nos foi prometido pelo próprio governador há mais de dois anos, recompondo as perdas acumuladas desde 2019, que chega a 68%, uma vez que o piso salarial só é pago aos professores das classes iniciais, pós-graduados recebem índice inferior ao estabelecido pelo Ministério da Educação para o reajuste anual. Foi um pacote de maldades, porque os professores continuarão sem a valorização por tempo de serviço no estado e, principalmente, na formação continuada. Goiás paga aos seus professores o pior salário da região Centro-Oeste e também do Brasil.

No Mato Grosso do Sul, o início da carreira e jornada de 40 horas é de R\$ 8.253,77 e R\$ 27.834,12 para o final; Mato Grosso, R\$ 3.502,66 inicial e R\$ 12.809,12, no final, por 30 horas; Distrito Federal, R\$ 5.059,69 para iniciantes e R\$ 13.157,22 para professores no final da carreira e jornada de 40 horas. Já em Goiás, com a proposta aprovada pela Alego, os professores da rede estadual receberão, a partir de janeiro/2025, R\$ 4.624,78, no início e variando de R\$ 6.407,41 a R\$ 6.880,34, dependendo da classe, no final da carreira, depois de 30 anos de sala de aula.

Segundo o plano aprovado, professores e coordenadores pedagógicos só podem ficar doentes por três dias durante o mês, passado o prazo, perdem a Gratificação de Regência, a Gratificação de Dedicção Plena e Integral e a Gratificação de Coordenação, uma vez que a nova lei determina que não será concedido nenhum valor adicional ou bonificação aos profissionais que se afastarem por qualquer motivo a partir do quarto dia de ausência, inclusive para tratamento de saúde ou doença de familiares. Precisamos refletir que educação pública Goiás está projetando para o futuro. Como mostrou este jornal em reportagem do último dia 12, é grande o desinteresse dos jovens por cursos de licenciatura, justamente os que formam professores, com o preenchimento de apenas um terço do número de vagas ofertadas nas licenciaturas em geografia, matemática, letras português/inglês, química e história.

Há muito alerta para o risco de Goiás sofrer um apagão na educação por falta de professores. Com o pacote de maldade do governo, ousou dizer que não vai demorar muito. Quem sabe o objetivo seja esse mesmo para, quando se concretizar, poder fazer o que governos conservadores sempre fazem: privatizar? Mas não

descansaremos e, caso não haja avanço para a real valorização da carreira, o início do ano letivo de 2025 poderá ficar comprometido.

JORNAL – O POPULAR – 29.10.2024 – PÁG. 09

Ao gosto do freguês

Eliane Cantanhêde

Gilberto Kassab viu o que o também craque Luiz Inácio Lula não viu, talvez por velhas idiossincrasias: o eleitor que estava dando sopa, solto, sem rumo, era o do PSDB, que oscilava entre a centro esquerda e a centro direita. Kassab adaptou o PSD e está moldando o governador Tarcísio Gomes de Freitas ao gosto do freguês - leia-se: do eleitorado tucano. Lula teve a grande sacada de atrair Geraldo Alckmin para sua vice, mas ficou por aí.



O erro original continua cegando os líderes de PT e PSDB e os dois partidos que reuniram os melhores quadros a favor da abertura política nos anos 1980, ao lado do MDB, continuam para todo o sempre como inimigos e, num abraço de afogados, afundam juntos e deixam a direita nadando de braçada. Lula conquistou Alckmin para sua chapa e o apoio dos melhores quadros tucanos contra Jair Bolsonaro em 2022, mas encheu os ministérios com o Centrão, inclusive com os bolsonaristas PP e Republicanos. Ok, o sistema e a governabilidade exigem, mas e eleitor, os votos? Foram dados de bandeja para o pragmatismo e a sagacidade política de Kassab.

Dois anos depois da volta de Lula ao poder, o PSD coleciona troféus nas eleições municipais: maior número de prefeituras do País (887), 206 das 645 de São Paulo, cinco das 26 capitais, o controle de orçamentos de R\$ 234 bilhões. E mais: domina o "triângulo das Bermudas" político e econômico do País. Reelegeu Eduardo Paes já no primeiro turno no Rio, Fuad Noman no segundo em Belo Horizonte e quem, afinal, esteve por trás o tempo todo da aliança entre o governador Tarcísio e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) em São Paulo? Tarcísio, chamado de "líder maior" por Nunes na festa da vitória, continua no Republicanos, mas já recusou entrar no PL de Bolsonaro e seu caminho natural parece ser o PSD.

Já a esquerda só levou duas capitais: João Campos (PSB) em Recife, no primeiro turno, e Evandro Leitão (PT) em Fortaleza, numa disputa nervosa até o último minuto do segundo turno, contra o PL. Ok, os petistas não venceram em nenhuma capital nas duas últimas eleições, mas não dá para comemorar. E, no placar geral, ficou atrás do PSB e até do moribundo PSDB. Bolsonaro alavancou nomes desconhecidos por aí afora, mas todos os cinco candidatos que chegaram na frente no primeiro turno e perderam no segundo das capitais eram apoiados por ele. Significa que tem força, não maioria. Uma super bolha, mas ainda assim uma bolha.

Quem está de olho nela, desde já, é Kassab, que sabe operar politicamente as máquinas e os orçamentos, inclusive os secretos, Pix e outros do gênero. O que estará em jogo em 2026 será a corrida ao centro, ao Centrão e, evidentemente, ao seu eleitorado. Com que musculatura Lula, seu governo, o PT e a esquerda entram nesse jogo? E com que discurso, estratégia, quadros e compromissos? O PT está perdendo o bonde, mas Lula precisa compreender, se é que já não sabe, que não só o futuro do PT, mas da própria esquerda, está nas suas mãos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.10.2024 – PÁG. A2

É grave a suspeita sobre venda de sentença no TJ-MS

Segundo a PF, esquema envolve 5 desembargadores; investigação deveria estimular mudanças para inibir condutas ilegais



A fotografia divulgada pela Polícia Federal impressiona: maços volumosos de notas de R\$ 50, R\$ 100, R\$ 200 e US\$ 100 se distribuem sobre uma mesa de vidro, perfazendo cerca de R\$ 3 milhões apreendidos na última quinta-feira (24). Impressiona ainda mais que o dinheiro estivesse na residência de Júlio Cardoso, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e um dos alvos da Operação Ultima Ratio, deflagrada pela PF.

O órgão suspeita que exista um esquema de venda de decisões no TJ-MS. Além de Cardoso, participariam pelo menos outros cinco desembargadores, todos da ativa: Vladimir Abreu da Silva, Marcos José de Brito Rodrigues, Sideni Soncini Pimentel, Alexandre Aguiar Bastos e Sérgio Fernandes Martins, presidente do tribunal. Eles foram afastados de seus cargos por 180 dias, não podem frequentar as dependências da corte, estão proibidos de se comunicar entre si e devem usar tornozeleira eletrônica.

Convém lembrar que todas são medidas cautelares, tomadas no curso do processo; não implicam culpa de quem quer seja, mas demonstram que, para os investigadores, há elementos suficientes para justificar a adoção de providências dessa natureza. Por meio da quebra do sigilo de comunicações, por exemplo, a PF entendeu que os desembargadores agora afastados promoviam as negociações ilícitas com a intermediação de seus próprios filhos —na maioria, advogados que utilizariam seus escritórios para burlar a fiscalização.

Não seria a primeira vez que isso acontece. Basta lembrar que, por fatos muito semelhantes, o TJ da Bahia está há cerca de cinco anos sob a lupa do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Conselho Nacional de Justiça e da PF. A peculiaridade do caso sul-mato-grossense é a suspeita ainda mais grave de que a corrupção tenha subido os degraus até o STJ —razão pela qual se determinou a transferência do inquérito para o Supremo Tribunal Federal.

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente da corte, afirmou que, se forem confirmadas as hipóteses da PF, não haverá tolerância ou condescendência. É o mínimo, mas não basta. O Judiciário, de olho na própria legitimidade, deveria ser o primeiro a propor mudanças institucionais capazes de inibir o comportamento ilegal de seus membros. Um bom começo seria tornar mais rigorosa a lei disciplinar que, hoje, estabelece como pena máxima para magistrados a aposentadoria compulsória com manutenção dos proventos. Trata-se de condescendência vergonhosa.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.10.2024 – PÁG. A3

Unidos no infortúnio

Lula e Bolsonaro saem da eleição rebaixados do comando do espetáculo da política

Dora Kramer

Eleição municipal atípica, a que termina agora dá um sinal claro para a próxima, daqui a dois anos, coisa que normalmente não ocorria: duas das mais relevantes lideranças políticas no plano nacional não obtiveram vitórias significativas. Ou, por outra, tiveram derrotas eloquentes. Isso não antecipa necessariamente o cenário de 2026, mas evidencia que o presidente Luiz Inácio da Silva (PT) e o antecessor Jair Bolsonaro (PL) não comandam o espetáculo da política na dimensão em que ambos acreditaram ou talvez ainda acreditem.



No cômputo geral dos resultados nas capitais, a aparência foi de prevalência de Bolsonaro, cujo partido elegeu quatro prefeitos contra apenas um do PT de Lula. No detalhe, porém, vê-se que ambos perderam, e muito em função de erros de cálculo sustentados em excesso de confiança nos respectivos tacos. Lula já tivera uma ideia ruim quando impôs Dilma Rousseff em 2010 apostando numa volta fácil em 2014. Agora teve três más ideias: chamar a polarização à cena, confiar na transferência de votos e considerar a aliança com Marta Suplicy receita de sucesso.

O presidente gabaritou no equívoco: o eleitorado preferiu julgar gestões e Guilherme Boulos (PSOL) manteve o patamar de votos de 2020, quando não tinha dinheiro nem presidente na retaguarda. Além disso, houve o retraimento de Marta, que por impossibilidade de falar mal de Ricardo Nunes (MDB), de quem foi secretária de Relações Internacionais, não foi a debates de vices e recusou-se a dar entrevistas. Bolsonaro perdeu para o próprio ego ao se confrontar com governadores e parlamentares de seu campo, comprovando-se mais uma vez desleal. Nesse quesito, também perdeu para Lula, que soube detectar o cheiro de queimado a tempo de se distanciar de embates com partidos aliados em Brasília.

O presidente levou em conta o dia de amanhã, mas seu antecessor preferiu combater ao sol e à chuva sem cacife robusto o suficiente para ganhar. Contratou desafetos na forma de potenciais adversários futuros. Juntos no estrelato em 2022, Lula e Bolsonaro terminam 2024 unidos no infortúnio.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.10.2024 – PÁG. A12

Caiado diz que país cansou do jeito como Bolsonaro faz política

Governador de Goiás afirma que eleição aplicou lição ao ex-presidente e que ninguém aguenta falsos dilemas ideológicos

Ranier Bragon



O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), afirmou que, em sua visão, a eleição municipal de 2024 mostrou que o país está cansado do jeito como Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados fazem política. "Ninguém aguenta mais, é uma conversa chata, cansativa, enjoada, as pessoas acham que de repente são professores de Deus. 'Tem que ser assim, falar desse jeito, se não for assim, você é comunista', essas coisas cansaram", disse em entrevista à Folha nesta segunda-feira (28), um dia após seu candidato derrotar o nome de Bolsonaro em Goiânia.

Caiado, 75, voltou a dizer que será candidato à Presidência em 2026, mesmo concorrendo com outros nomes à direita.

Houve decisões da Justiça Eleitoral em que há menção de uso da máquina do estado para angariar apoio e comprar voto. O sr. usou a máquina para beneficiar o seu candidato?

Quero deixar claro que isso é uma grande inverdade, uma mentira. O jantar [com políticos locais no Palácio das Esmeraldas, sede do governo, em que houve promoção da candidatura de Sandro Mabel] ocorreu exatamente no dia seguinte da eleição, sempre foi uma característica minha em todas as eleições chamar aqui as pessoas que participaram da campanha eleitoral. O Goiás Social [em que há a suspeita de distribuição de cestas básicas em troca de apoio] é um programa consolidado do estado, não é um programa de última hora.

Qual balanço o sr. faz sobre o embate com o ex-presidente Jair Bolsonaro?

Em primeiro lugar, ele foi extremamente desrespeitoso e deselegante. Para ganhar uma eleição é preciso que entenda a vontade da população. Não é impor o número e achar que a população não vai ver as qualificações da pessoa. Eles achavam que bastava lançar 22 e seria eleito. Nós demonstramos que não. Então isto foi uma aula, essa eleição foi a mais educativa que já existiu.

Qual foi essa lição?

Respeitar as lideranças estaduais, municipais, e saber construir acordos. No começo do ano, procurei o Bolsonaro várias vezes e disse: 'Bolsonaro, é hora de construirmos um grande acordo, tem espaço para o PL,



CLIPPING

DATA

29.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

7 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

União Brasil, PP, Republicanos, Avante'. De repente, sou surpreendido com ele vindo aqui e lançando candidato na maioria das cidades sem sequer eu ser ouvido. Não se faz política dessa maneira.

O sr. quer dizer que essa foi uma lição nacional dada a ele?

Acredito que sim, porque realmente ele veio para cá [no domingo (27), dia da votação do segundo turno].

Qual é o motivo de vir para Goiânia? Tem algum motivo?

É por isso que eles perderam a maioria das capitais, por querer impor uma candidatura que não tinha sintonia com os líderes estaduais. Então, isto é uma lição. Espero que realmente tanto o PL quanto ele tenham aprendido de que liderar não é impor candidatura nos estados. Não é apenas o PL que é o dono da direita, isso não existe. Ninguém é dono da vontade do povo.

Que lições o sr. tira dessa eleição?

Temos que ter muita humildade, pisar na vaidade todo dia. Não existe ninguém que seja dono do eleitorado no Brasil. O que essa eleição demonstrou? Que nós estamos, de uma certa maneira, cansados dessas posições, do que chamo de falsos dilemas ideológicos. Ninguém aguenta mais, uma conversa chata, cansativa, enjoada, as pessoas acham que de repente são professores de Deus. 'Tem que ser assim, falar desse jeito, se não for assim, você é comunista. Se não for assim, você vai ser condenado'. Essas coisas cansaram. O povo tá doido para ter emprego, renda, educação, saúde, lazer. Você precisa de mostrar por que você quer governar, não é criar uma situação de guerra de secessão no país.

A população então está cansada do bolsonarismo?

Eu diria que está cansada do extremismo. E as pessoas têm que aprender, toda lição de vida a gente tem que aprender. Hoje é um momento em que eles todos vão refletir sobre isso e todos têm direito de corrigir a rota. Ninguém nega a liderança do Bolsonaro, mas a liderança dele tinha também de admitir que ele não poderia criar circunstâncias políticas locais sem sentar com os líderes, com os governadores aliados, e construir entendimentos e candidaturas que pudessem ser as grandes vitoriosas nesse processo.

Por tudo o que o sr. está falando, arrepende-se então de ter ido naquele ato de fevereiro na Paulista, em apoio ao ex-presidente?

Não, de maneira nenhuma. Era um momento de fragilidade do presidente. Eu sou uma pessoa que, quando uma pessoa está ali em uma situação de fragilidade, sou o primeiro a estender as mãos.

Bolsonaro disse que desconhece o "caiadismo". O "caiadismo" existe? E tem força para suplantiar as divisas de Goiás?

Eu sou um pouco avesso a essas coisas, tanto é que sou o único governador de Goiás que nunca colocou foto [no gabinete]. A foto é da bandeira do estado de Goiás. Precisamos parar com esse personalismo. Emblema do governo não é a cara do Ronaldo. Eu nunca impus caiadismo, eu impus eficiência. A personalização da política faz a pessoa às vezes se sentir grande demais.



CLIPPING

DATA

29.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

E como o sr. acredita poder ser o nome da direita mesmo com a eventual oposição de Bolsonaro?

Que eu serei candidato no primeiro turno, serei. E vou trabalhar muito para chegar no segundo. Modéstia à parte, acho que mereço essa chance. Sem desmerecer os meus colegas que sairão também. Nós temos aí a melhor safra de governador, Tarcísio [SP], Zema [MG], Ratinho Jr. [PR], Eduardo Leite [RS] e tantos outros colegas que poderão se lançar. Acho que pode ser uma eleição no primeiro turno com muitos candidatos. Irei trabalhar muito para chegar nesse segundo turno e poder levar tudo que acumulei na minha experiência de vida e nos resultados que consegui.

Candidata-se com ou sem Bolsonaro?

A nossa candidatura não pode ter condicionante. Ele próprio pode ter a oportunidade dentro do partido dele de escolher o candidato, é normal isso, como podem ter candidatos Republicanos, PSD, PP, MDB, todos eles são partidos grandes como o meu, o União Brasil.

O sr. apoia a anistia a Bolsonaro?

Esse assunto é da alçada do Supremo Tribunal Federal. Eu sempre fui favorável a esse processo de anistia. A democracia exige trazer um clima de paz. E no momento que você tem alguns desentendimentos, vamos pacificar o processo. Vamos fazer como Juscelino Kubitschek, que para mim foi o maior estadista desse país, quando disse, tudo bem, vocês querem dar o golpe aí, vamos deixar isso de lado, anistia esse povo, deixa eu trabalhar, vamos construir Brasília, vamos desenvolver o Centro-Oeste brasileiro. Isso é que é governar.

Raio-x

Ronaldo Caiado, 75, é médico e governador de Goiás pelo segundo mandato consecutivo. Antes foi deputado federal e senador. Nos anos 1980 presidiu a UDR (União Democrática Ruralista) e, em 1989, foi candidato à Presidência da República, ficando em décimo lugar na disputa.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.10.2024 – PÁG. A18

Queda dos preços de serviços é crucial para diminuição da inflação global, diz Campos Neto

Presidente do Banco Central defendeu que programa fiscal de governo Lula dê 'choque positivo' no mercado

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta segunda-feira (28) ser improvável que a inflação global diminua sem que haja recuo nos preços do setor de serviços. A preocupação de investidores com a volatilidade de preços vem crescendo no mundo todo, principalmente devido à corrida presidencial dos Estados Unidos.

"A inflação de serviços ainda é muito alta em todos os lugares, tanto em mercados emergentes quanto em economias avançadas. É muito difícil pensar que o risco de inflação vai atingir a meta a menos que a inflação de serviços, em algum momento, diminua. E isso não está acontecendo na maioria dos lugares", disse em evento organizado pelo Deutsche Bank, em Londres.

Nesta segunda, os economistas ouvidos pelo Banco Central subiram novamente a previsão para a inflação brasileira neste ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deve terminar 2024 em 4,55%, aumento de 0,05 ponto percentual em relação à última semana, de acordo com o boletim Focus. Campos Neto apresentou projeções para os gastos governamentais tanto em caso de vitória de Trump quanto da democrata Kamala Harris. Em ambos os casos, o presidente do BC acredita que haverá expansão fiscal. Ainda assim, ele disse acreditar que a economia americana terá um "pouso suave".

Segundo a Reuters, os chefes de bancos centrais de vários países estão preocupados com os possíveis impactos de um retorno de Donald Trump ao poder. Entre as preocupações, está o potencial do republicano de revirar o sistema financeiro global com aumentos de tarifas, trilhões de dólares a mais em emissão de dívidas e uma reversão do trabalho de combate à mudança climática em favor de mais produção de energia a partir de combustíveis fósseis.

"É incrível que por muito tempo eu costumava falar sobre questões fiscais e não havia muita ressonância com outros bancos centrais ou formuladores de políticas. Mas cada vez mais vemos que muitas dessas reuniões internacionais são cada vez mais sobre questões fiscais. Então, no caso da eleição nos EUA, acho que há uma questão fiscal muito relevante porque, independentemente de serem os democratas ou os republicanos, quando você analisa e tenta desmembrar as diferentes propostas, ambas são expansionistas no aspecto fiscal", disse Campos Neto nesta segunda.



Choque fiscal positivo do governo lula pode aliviar juros, diz campos neto

Ele também afirmou que as alterações fiscais prometidas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para as próximas semanas podem influenciar positivamente a política monetária do Brasil se o Executivo conseguir passar boas impressões para o mercado. O petista critica frequentemente a decisão de Campos Neto e diretores do BC por taxas de juros mais altas. "Se [o governo] conseguir produzir um choque positivo, acho que isso poderia reverter as expectativas", afirmou.

O anúncio fiscal, disse, não tem relação mecânica com a política monetária, mas tem potencial de afetar prêmios de risco, taxas longas de juros e câmbio. Segundo Campos Neto, o aumento do prêmio de risco está relacionado à expectativa fiscal de investidores. "Provavelmente, [esse processo] tem duas etapas: a primeira foi a mudança na meta fiscal e as pessoas acreditando que estava cada vez mais difícil atingir o número fiscal. A segunda foi uma percepção de que a qualidade dos dados e a transparência estavam piorando", afirmou. "Quando olho para o prêmio de risco e para o fiscal, mesmo levando em conta o fato de que tivemos algumas mensagens que poderiam ter causado a percepção de menos transparência, acho que o preço está exagerado. Mas não é função do Banco Central lutar contra ou desafiar o mercado", acrescentou.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.10.2024 – PÁG. A23

Contra a moral e os bons costumes?

Não há virtude em resistir a mudanças que ampliem a dignidade humana

Michael França

É comum vermos aqueles considerados mais progressistas subestimando a visão de mundo dos mais conservadores. Mas, ao olharmos com alguma calma, perceberemos um valor em uma perspectiva que procura privilegiar a preservação das tradições e que adota um certo ceticismo diante de mudanças muito aceleradas.

Existe uma sabedoria acumulada nos valores que resistiram ao teste do tempo. Os costumes, os laços familiares e a reverência às instituições religiosas, por exemplo, são aspectos relevantes que moldaram a estrutura social ao longo da história. Ao proteger alguns valores do passado, estamos, de certo modo, preservando o que nos trouxe até aqui.



Essa proteção atua como um porto seguro diante das grandes incertezas de um mundo em transe e que está progressivamente sendo consumido pelas abruptas mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e climáticas. Essa preservação oferece uma âncora no meio do agitado mar das incertezas, evitando que sejamos arrastados pelas ondas dos impulsos momentâneos ou modismos passageiros. Entretanto, devemos ter em mente que essa proteção não deve se transformar em resistência. Diversas mudanças são não

apenas inevitáveis mas necessárias. O conservadorismo perde seu propósito original quando é usado em discursos que justificam a exclusão ou mantêm a inércia das desiguais estruturas de poder. Nesse contexto, devemos reconhecer que não há virtude em resistir a mudanças que ampliem a liberdade e a dignidade humana.

Acabamos aprisionados em um mundo limitado quando não abrimos espaço para o questionamento daqueles valores que herdamos e que adotamos sem muita reflexão. Ficamos presos a um mundo pequeno que restringe nossas liberdades individuais e a capacidade de evolução. Esse apego inflexível ao passado não apenas limita nosso próprio crescimento mas também afeta toda a sociedade ao impedir que novas ideias surjam e floresçam.

Ainda assim, é importante ter uma postura de cautela diante do novo. O ceticismo é uma ferramenta poderosa quando nos leva a avaliar cuidadosamente as implicações de nossas escolhas. No entanto, essa cautela deve vir acompanhada de abertura para explorar o desconhecido. É preciso encontrar o equilíbrio que permita preservar aquilo que nos fortaleceu, sem sufocar o novo. É preciso equilibrar uma coexistência harmoniosa entre o passado e o futuro. Nesse contexto, é necessário muito diálogo, disposição para ouvir e, mais que tudo, abrir-se ao contraditório. Precisamos de um diálogo que não tema as diferenças, mas que encontre nelas a base para reimaginar o futuro enquanto aprendemos com o passado. Pois o que a história nos ensina é que não avançamos abandonando nossos valores, mas revisitando-os e, quando necessário, reescrevendo-os.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 29.10.2024 – PÁG. A41

Histórico criminal de políticos é duas vezes maior que o da população, diz estudo

Segundo pesquisadores, impacto ocorre em indicadores sociais, principalmente na saúde pública

Luany Galdeano

Prefeitos e vereadores têm duas vezes mais indiciamentos criminais do que a população em geral. Ao todo, 2,3% dos brasileiros estão envolvidos em processos de delitos que vão desde corrupção a infrações de trânsito, cifra que chega a 5,1% para os políticos municipais. Entre eles, a incidência de quase todos os crimes é maior, incluindo para delitos de intimidação e os relacionados a drogas, armas e venda de mercadorias ilegais. A população geral supera os políticos apenas em crimes violentos, como homicídios.



Os dados são de estudo realizados pelos pesquisadores brasileiros Breno Sampaio, professor de economia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), e Diogo Britto, professor assistente de economia da Universidade de Milão Bicocca (Itália), e dos italianos Gianmarco Daniele, Marco Le Mogl e Paolo Pinotti, de universidades no mesmo país. A pesquisa não considera os resultados das eleições atuais. Os pesquisadores identificaram ainda que cidades governadas

por prefeitos com histórico criminal têm piores resultados na gestão pública –em particular, nos indicadores de saúde. De acordo com o estudo, esses municípios tiveram aumento de 8% na chance de nascimentos de crianças com baixo peso e de 21% na mortalidade infantil.

Para chegar a esse resultado, os autores compararam cidades com características similares, inclusive em tamanho da população, que elegeram prefeitos com histórico criminal com as que por pouco não elegeram. Ao todo, cerca de mil municípios foram analisados. Para identificar políticos com indiciamento criminal, os pesquisadores reuniram dados de cerca de 18 milhões de processos criminais de toda a justiça entre 2009 e 2020 e cruzaram essas informações com o banco de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Eles compararam esses dados com uma amostra aleatória de 2% da população brasileira.

Apenas candidatos que concorriam pela primeira vez foram avaliados, já que políticos com algum histórico de carreira pública são mais suscetíveis a processos, de acordo com Breno Sampaio, da UFPE, um dos autores da pesquisa. Eles também analisaram somente o indiciamento criminal dos candidatos, e não as condenações, devido a restrições geradas pela Lei da Ficha Limpa. Segundo o professor, uma das teorias para explicar o quadro identificado pelo estudo é que candidatos com algum histórico criminal veem na política uma oportunidade para beneficiar a si próprios.

"A carreira política é uma opção atrativa para quem deseja roubar", diz. "Existe uma incidência grande de corrupção nesse meio, então essa percepção talvez faça com que pessoas mais desonestas e dispostas a cometer delitos efetivamente se candidatem e, em alguns casos, se elejam." Ele afirma que, além disso, são pessoas que podem ter menos chances de se tornarem bem-sucedidas no mercado de trabalho, inclusive por já terem passado por complicações com a lei.

Em todo o país, a Polícia Federal prendeu, até setembro, 36 candidatos que tinham mandados de prisão em aberto, por crimes que vão desde tráfico de drogas até inadimplência por pensão alimentícia. Partidos podem ver vantagem em lançar candidatos vinculados ao crime, sobretudo quando eles têm alguma influência sobre comunidades locais, de acordo com Sérgio Praça, professor da Escola de Ciências Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Ele diz que isso ocorre principalmente entre siglas pequenas, que têm menos incentivo para filtrar os melhores políticos. "Criminosos impunes controlam votos, bairros e comunidades, por meio da violência ou não", afirma. "É o melhor dos mundos para o partido ter o cara que é malandro suficiente para se dar bem na política e influenciar uma comunidade, mas não é condenado."

Como consequência, eleger políticos com histórico criminal gera resultados piores na gestão pública das cidades. Breno Sampaio diz que isso ocorre devido ao clientelismo, que faz prefeitos nomearem pessoas próximas a si em cargos de liderança. Políticos com histórico criminal contratam 43% mais membros de seu partido, segundo o estudo. Os pesquisadores identificaram ainda que, apesar de terem resultados piores, os municípios administrados por prefeitos envolvidos em processos criminais tiveram os mesmos gastos em saúde que as cidades lideradas por gestores sem esse histórico.

"Clientelismo pode trazer corrupção, mas também traz gente menos técnica, o que conduz a uma gestão menos eficiente e leva a uma piora de indicadores", declara Sampaio. De acordo com especialistas, existem recursos que podem ser usados para evitar a eleição de políticos desonestos e os casos de corrupção nas prefeituras. Um deles, segundo o professor Sérgio Praça, é melhorar a seleção de candidatos nos partidos. O outro, identificado pelo estudo, é a auditoria de cidades, como a feita pela CGU (Controladoria-Geral da

União). Quando a fiscalização ocorre em ano eleitoral, o número de candidatos com histórico criminal é reduzido.

JORNAL – O HOJE – 29.10.2024 – PÁG. 10

Em mudança jurisprudencial, STJ define prazo para duração de medidas protetivas

Manoel L. Bezerra Rocha



A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que os magistrados podem definir um prazo para duração das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha. Para o colegiado, o juízo deve reavaliar a necessidade de manter essas medidas conforme o caso, garantindo que as partes envolvidas possam se manifestar antes. O relator do recurso na Quinta Turma, ministro Ribeiro Dantas, esclareceu que as mudanças introduzidas pela Lei 14.550/2023 na Lei Maria da Penha reforçaram o caráter inibitório e

satisfativo das medidas protetivas, desvinculando-as de tipificação penal específica ou da pendência de ação penal ou cível.

Segundo o ministro, elas ampliam a proteção imediata à integridade física, psíquica, sexual, patrimonial e moral da vítima ou de seus dependentes, independentemente do registro formal de denúncia. No âmbito do STJ, embora o tema comporte decisões divergentes, predomina o entendimento adotado no REsp 2.036.072: as medidas protetivas não precisam ter prazo fixo, privilegiando-se a proteção contínua da vítima enquanto perdurar a situação de risco. No entanto, Ribeiro Dantas ressaltou que o STJ admite a possibilidade de que o juízo fixe prazo específico, desde que justifique a decisão com base nas peculiaridades do caso e revise periodicamente a necessidade de manutenção das medidas. Ao dar parcial provimento ao recurso, o relator manteve o prazo de 90 dias de validade das medidas protetivas, mas destacou a prerrogativa do juízo competente para reavaliar a necessidade de sua manutenção, ouvindo a vítima antes de qualquer alteração.

Negligência

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade de um casal de aposentados pelo acidente ocorrido com uma diarista e que a deixou paraplégica. Segundo o relator, ministro Hugo Scheuermann, o acidente poderia ter sido evitado se os patrões tivessem instruído a trabalhadora e observado as normas de segurança do trabalho. Os proprietários não se cercaram de toda segurança para o exercício do trabalho da diarista, o que causou danos à sua integridade física da trabalhadora.

Bebida e direção

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou projeto que aumenta as penas de crimes de trânsito praticados sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa. O texto também eleva a punição em caso de infrações relacionadas ao tráfego incompatível com a segurança da via. São alteradas as penas para as seguintes condutas: - praticar homicídio culposo na direção de veículo sob a influência de álcool ou substância psicoativa que determine dependência. A pena atual de reclusão de cinco a oito anos passa a ser de reclusão de cinco a 18 anos.

Ministro exalta sinais da indolência coletiva ao defender “linguagem simples”

O presidente do STF e do CNJ e do STF, ministro Luís Roberto Barroso, destacou o caráter inclusivo da comunicação direta e simplificada na cerimônia de entrega do Selo Linguagem Simples. Durante a solenidade foi realizada a entrega do certificado para os representantes dos 49 órgãos do Poder Judiciário que mais se sobressaíram no uso da linguagem simples em suas rotinas. Em seu discurso, o ministro enfatizou a importância da linguagem no exercício do direito. “Somos a alternativa que a humanidade concebeu contra a força pública. Em lugar de guerras, temos argumentos”.



TRF1 nega remuneração a servidora para acompanhar cônjuge para outra cidade

A 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), por unanimidade, negou a apelação de um servidor público federal que buscava a suspensão dos efeitos do ato que revogou a Portaria SGP n. 636/2009, que lhe concedeu licença sem remuneração para acompanhar seu cônjuge, devido à nomeação e posse em cargo efetivo na cidade de Uberlândia/MG, alegando que o núcleo familiar deveria ser preservado.

O relator do caso, desembargador federal Rui Gonçalves, observou que o autor não teria direito ao exercício provisório, pois o deslocamento não foi no interesse da Administração, mas decorrente da decisão pessoal de seu cônjuge ao prestar concurso público em Uberlândia. “Por ocasião da inscrição no concurso público, tanto o servidor quanto seu cônjuge estavam cientes de que poderia haver a mudança de domicílio caso lograsse êxito no certame. Logo, não se trata de violação à proteção à unidade familiar”, disse. Diante disso, o princípio constitucional de proteção à família não foi violado, uma vez que a lei prevê a remoção do servidor apenas em casos que envolvam o interesse da Administração, não cabendo invocar tal princípio quando o interesse é apenas do servidor em assumir um cargo em outro local.

Supremo Tribunal Federal

O ministro Flávio Dino suspendeu regra da Reforma da Previdência de 2019 que iguala os critérios de idade mínima, tempo de contribuição e tempo de carreira policial para fins de aposentadoria de homens e mulheres policiais civis e federais.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.10.2024 – PÁG. 04

Por novas regras contra abuso de poder



O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que são necessárias novas “reflexões teóricas, elaborações normativas e atividade jurisprudencial” para combater os abusos de poder nas eleições. A declaração, feita nas redes sociais, foi publicada ontem, um dia depois do segundo turno do pleito. “As atuais formas (para tradicionais abusos) derivam de inovações tecnológicas, institucionais e culturais, todas demandando reflexões teóricas, elaborações normativas e atividade jurisprudencial”, afirmou o ministro.

Dino ressaltou que o abuso do poder econômico e do poder de autoridade, além da utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido, são “antigos problemas” que persistem “sob novas formas”. Na votação de domingo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse, sem provas, que a inteligência do governo havia interceptado mensagens do Primeiro Comando da Capital (PCC), orientando voto em Guilherme Boulos (PSol), que perdeu a disputa para Ricardo Nunes (MDB) na capital. A campanha de Boulos pediu na Justiça Eleitoral a inelegibilidade do governador e do prefeito reeleito. O argumento foi de que Tarcísio usou o cargo de governador para interferir no resultado da eleição, o que configura abuso de poder político.

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou que a Corte dará uma resposta rápida para a notícia-crime. Questionada pelo Correio, no domingo, sobre eventual demora da Justiça Eleitoral nos casos em que informações falsas ou truncadas são difundidas durante a votação, a magistrada disse que não ocorre omissão e que a situação será analisada em tempo célere. “Sobre um caso que acontece quando 33 milhões de eleitores estão nas urnas, com 102 candidatos e que já foi judicializado, a Justiça Eleitoral tem prazo curtíssimo e, sim, será dada a resposta. Fosse um país onde ficam meses ou semanas para dar a notícia até seria razoável a ilação (sobre demora)”, declarou. “Acho que um caso em 51 municípios (com disputas de segundo turno) com mais de 33 milhões de eleitores significa o êxito da Justiça Eleitoral, uma Justiça que funciona muito bem.”

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.10.2024 – PÁG. 06

Lula e governadores discutem plano

Victor Correia

Governadores dos 26 estados e Distrito Federal devem desembarcar em Brasília, na próxima quinta-feira, para discutir o plano de gestão federal para a segurança pública. A reunião está prevista na agenda do presidente, mas ainda não foi confirmada oficialmente. O plano foi desenhado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e prevê aumentar a participação do governo federal na área, aumentando poderes.



A proposta do governo é incluir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), permitindo que a União crie diretrizes gerais que deverão ser seguidas por todos os estados e municípios, tanto para a segurança quanto para o sistema prisional. Além disso, a medida aumenta as competências da Polícia Federal no combate ao crime organizado e permite a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no patrulhamento ostensivo. Porém, o governo prevê resistência de parte dos governadores. Por isso, Lula decidiu convidá-los para uma reunião, anunciada meses atrás, mas que deve ocorrer apenas nesta semana. O presidente prometeu que não fará mudanças na segurança sem autorização dos estados.

Cosud

O diálogo, na verdade, já es-tá em andamento. Em agosto, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, participou de reunião do Consórcio de Integração Sul Sudeste (Cosud), que reúne sete governadores. Embora tenham a diminuição de sua influência nas forças de segurança, os chefes dos Executivos estaduais cobram ajuda do governo federal, especialmente em estados que sofrem com o aumento da violência e do crime organizado.

Na quinta-feira passada, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, apelou ao presidente Lula após o tiroteio que matou três pessoas e feriu outras três na Avenida Brasil, uma das principais da capital fluminense. “Temos que deixar claro que não dá para fazer sozinho. E eu gostaria de fazer um apelo ao presidente Lula que ouça os governadores. Se não todos, ao menos Rio, São Paulo, Ceará e Bahia, que são onde essas máfias, essas organizações criminosas, estão mais fortes hoje”, declarou Castro. Lula espera apresentar a proposta até o final deste ano. Ela foi enviada pelo Ministério da Justiça à Casa Civil em junho, mas está parada desde então.

Há uma série de divergências não apenas entre o governo federal e os governadores, mas também no Congresso Nacional sobre a PEC, que precisa da aprovação dos parlamentares. Além disso, a tramitação foi dificultada pelo período eleitoral e pela crise das queimadas nos últimos meses, que também necessitou de um esforço conjunto entre governadores e a gestão federal. A expectativa do Planalto é de que todos os governadores participem da reunião. Além deles, devem participar o ministro da Justiça, o vice-presidente

Geraldo Alckmin, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, o procurador-geral da República, Paulo Gonet e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 29.10.2024 – PÁG. 11

Emendas orçamentárias são recurso público

Além da total transparência, seria importante que estudos sobre cada projeto a ser financiado pelas emendas do orçamento fossem realizados de forma a melhorar o planejamento e a eficiência de tais gastos

Luciano Nakabashi



Ao refletir sobre como as emendas parlamentares têm sido utilizadas atualmente, é difícil discordar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspensão das emendas impositivas ao Orçamento da União até que regras de transparência sejam definidas e implementadas. A questão da transparência no uso dos recursos públicos é fundamental para que eles sejam utilizados de forma mais eficiente e evitar desvios. Cabe lembrar que esses recursos são provenientes de impostos e tributos pagos pelos cidadãos brasileiros, e o mínimo que se espera como prestação de contas é que a sociedade saiba qual o seu destino. Os recursos são dos cidadãos e não dos parlamentares, como parece de acordo

com o comportamento de parte deles diante da decisão do STF, só para citar um exemplo.

A transparência não somente inibe a ocorrência de desvios, como propicia a realização de análise sobre a importância do direcionamento dos recursos públicos tanto por parte de analistas quanto pela população brasileira. Em um mundo em que os recursos são escassos e as margens dos gastos discricionários do governo federal são cada vez menores, é essencial que eles sejam direcionados em projetos que tragam maiores retornos para a sociedade brasileira. Para isso, além da total transparência, seria importante que estudos sobre cada projeto a ser financiado pelas emendas do Orçamento fossem realizados de forma a melhorar o planejamento e a eficiência de tais gastos, pelo menos a partir de um determinado montante. Isso deveria ocorrer em todos os gastos com recursos públicos discricionários de forma a aumentar o retorno social.

Além da falta de transparência, parte da utilização dos gastos provenientes das emendas ocorre mais para maximizar a chance de reeleição dos parlamentares e de outros políticos próximos do que para melhorar o retorno social no médio e longo prazos. Não é difícil imaginar tipos gastos que são notados pela população — trazem maior capital político e chances de reeleição —, mas que não são os melhores destinos de tais recursos. Por exemplo, por mais que seja enfatizado atualmente, a construção de uma escola ou hospital não é, necessariamente, a melhor forma de utilização dos recursos públicos. É preciso analisar a real necessidade



CLIPPING

DATA

29.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

dessa construção e lembrar que é preciso professores, médicos, enfermeiros, entre outras necessidades para manutenção dessas instituições que geram gastos recorrentes.

Feita essa análise, é preciso comparar com o retorno e a necessidade de outros tipos de gastos. Outro ponto relevante é que, com as emendas, o Poder Legislativo vem se tornando, cada vez mais, um executor de políticas públicas, tomando espaço que cabe ao Poder Executivo. De forma geral, a total transparência é algo que deve ser buscado no uso de todos os recursos públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Precisamos reduzir as brechas da ineficiência e corrupção existentes em nosso sistema de gastos público e eleitoral. Também precisamos de mais estudos para que os recursos públicos sejam alocados de forma mais eficiente para trazer maiores benefícios sociais, com ênfase na redução da desigualdade de renda e da pobreza.

Esses dois objetivos deveriam estar entre as prioridades das políticas públicas; claro que com a realização de estudos sobre o impacto dos gastos e sobre os tipos de políticas adotadas para redução da pobreza e desigualdade de renda. Outro ponto fundamental é analisar e implementar políticas que aumentem a produtividade do trabalho, melhorem a infraestrutura de transporte e comunicação e que induzam investimentos privados.

Precisamos avançar em termos econômicos e sociais para reduzir o sofrimento e as dificuldades que grande parte da população brasileira enfrenta todos os dias. O problema para isso reside muito mais em melhorar a eficiência na alocação dos recursos públicos do que em sua elevação. Os limites para o aumento dos gastos públicos estão cada vez mais evidentes, e precisamos mudar o discurso e a mentalidade sobre o uso e alocação desses recursos. As regras atuais das emendas orçamentárias vão em sentido contrário a esses objetivos, e a decisão do STF foi, portanto, acertada.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 29.10.2024 – PÁG. A14

Lira quer solução de ‘meio-termo’ para anistia a golpistas

Projeto sobre o 8 de janeiro se tornou uma queda de braço na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados

Raphael Di Cunto /Marcelo Ribeiro /Andrea Jubé

Passadas as eleições municipais, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deve anunciar na manhã desta terça-feira (29) apoio à candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB) para sua sucessão e o que fará com o projeto da anistia aos golpistas do 8 de janeiro de 2023, que depredaram as sedes dos três Poderes da República em protesto contra a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A proposta se tornou uma queda de braço na eleição para a presidência da Casa. O PL cobra o apoio a essa pauta em troca dos votos na eleição da Câmara e pretende anistiar também politicamente o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o habilitando a disputar novas eleições. Lira se reuniu na noite de segunda-feira com o presidente do partido, Valdemar Costa Neto, para tratar do assunto.

Já o PT indicou que vetará aliança com quem endossar a anistia, o que fez com que os líderes do PSD, Antônio Brito (BA), e do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), também pré-candidatos à presidência da

Câmara, passassem a atuar contra a votação desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto está previsto para ir a voto na terça-feira. Segundo tem dito, Lira não deixará a questão para ser resolvida por seu sucessor e anunciará desfecho que ele julga um “meio-termo” que não permita passar pano para o que ocorreu em Brasília ou dar margem à repetição desse tipo de ato, mas que também não puna “inocentes” com quase duas décadas de prisão se não tiverem participado de atos de vandalismo.



Lira tem lembrado que Nascimento foi o primeiro líder a incentivar a pauta da anistia, mas passou a atuar contra como forma de se aproximar do governo Lula (PT) e destacou a aliados que dará um encaminhamento para o assunto junto com a divulgação do apoio a Motta. A eleição para a presidência da Câmara ocorrerá em 1º de fevereiro, mas o grupo de Motta trabalha para que os partidos declarem seu apoio esta semana após o anúncio de Lira. O movimento é uma estratégia para desmobilizar as demais candidaturas. Até agora, só PDT e PSB já declaram apoio - a Nascimento. Isso, contudo, ocorreu quando se imaginava que ele seria o candidato escolhido por Lira.

O Republicanos anunciará a candidatura de Motta nesta terça-feira, às 11h30, e o PP também deve endossá-lo. Seus aliados mantêm a expectativa de que ele termine a semana com os apoios públicos do PL, Podemos e MDB, mas ainda havia negociações em curso para que isso ocorresse. Brito, por exemplo, tem argumentado nos bastidores que teria apoio do MDB, caso o partido não lance candidato próprio. Os emedebistas, porém, dizem que o compromisso é com uma candidatura do bloco PSD/MDB/Republicanos/Podemos, o que Hugo Motta também é. Projeto sobre o 8 de janeiro virou queda de braço na eleição para a presidência da Câmara

O PT também é cobrado por Lira a cumprir um acordo que teria sido firmado com os principais líderes do partido, como Lula e o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), para apoiar o sucessor escolhido por ele em troca de maior governabilidade e diálogo. Um aliado do presidente da Câmara definiu assim o que considera a demora do PT em oficializar o apoio: “Quando a gente tem um débito, a gente paga. Porque, quando não paga, ou o credor tem prejuízo ou o devedor paga juros”, disse. O PT, contudo, dá indícios de que não decidirá esta semana. A sigla deve se encontrar nesta terça-feira com Brito e com Nascimento e reunir a bancada na Câmara na quarta-feira. Há dois grupos: os que defendem uma decisão rápida, para garantir a vitória de Motta e um fim de ano mais “pacífico” para o governo, e os que apostam que adiar a aliança fará com que aumente o poder de barganha da sigla e torne mais claro o cenário. Há também uma avaliação, do grupo resistente a Motta, de que o Republicanos estará na chapa adversária à de Lula em 2026 e que é melhor usar a eleição da Câmara para se aproximar do União Brasil ou do PSD.

Um posto que está em jogo nessa decisão é a vaga que será aberta com a aposentadoria do ministro Aroldo Cedraz no Tribunal de Contas da União (TCU) até 2026. O grupo de Motta tem indicado que topa apoiar um petista, desde que o PT se decida rapidamente. Mas alerta também que o nome precisa ser escolhido com cuidado, porque precisa do apoio da maioria do plenário. Um dos principais cotados é o líder da bancada na Câmara, o deputado Odair Cunha (MG).

Além disso, a sigla teria a primeira secretaria - o nome mais forte é o do deputado Jilmar Tatto (SP). Já o PL ficaria com a vice-presidência da Câmara.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 29.10.2024 – PÁG. E1

Número de processos sobre discriminação por etarismo dispara na Justiça do Trabalho

Levantamento mostra que, entre 2018 e 2023, o volume anual passou de 3 para 403 ações

Marcela Villar



O volume de processos trabalhistas que tratam de discriminação em razão da idade - o chamado etarismo - disparou nos últimos anos. Em 2023, foram registradas 403 ações com esse tema. Cinco anos antes, em 2018, havia apenas três, segundo levantamento feito pelo escritório Trench Rossi Watanabe por meio da plataforma de jurimetria Data Lawyer, obtido com exclusividade pelo Valor.

A tendência, segundo especialistas da área, é a quantidade crescer ainda mais em 2024, que já registrou mais de 340 casos sobre o assunto até o fim de setembro. E a jurisprudência, acrescentam, é favorável ao trabalhador. As decisões de primeira e segunda instâncias e até do Tribunal Superior do Trabalho (TST) garantem reintegração ou compensação financeira.

O valor das indenizações pleiteadas também aumentou exponencialmente. No ano de 2018, por exemplo, foi registrado um total de R\$ 4,47 milhões e, em 2023, R\$ 174,64 milhões. Este ano, os valores das causas já somam R\$ 79,6 milhões, conforme o levantamento feito pelo Trench Rossi Watanabe. Um desses casos é o de uma auxiliar de limpeza que alegou discriminação por parte do supervisor. Uma testemunha do processo, que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Araçatuba (SP) confirmou que o gerente “era uma pessoa dura”, que vivia “zombando dos funcionários”, dizendo que a ajudante “não servia mais para trabalhar porque estava velha”.

Com base nessa e outras provas, a juíza Suzeline Longhi Nunes de Oliveira, decidiu de forma favorável à trabalhadora. Para a magistrada, “a conduta do supervisor, agindo com etarismo, desqualificando o trabalho da reclamante junto aos colegas, implica tratamento inconveniente e desrespeitoso, e merece censura, mediante o arbitramento de indenização, com o objetivo de compensar os naturais e previsíveis transtornos suportados pela parte reclamante e também com a finalidade de inibir semelhantes comportamentos”. A sentença foi confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), por unanimidade. A 4ª Câmara ainda majorou o valor dos danos morais a serem pagos, de R\$ 3 mil para R\$ 6,5 mil. Também foi concedido adicional de insalubridade de 40% sobre o salário mínimo por falta de equipamento, como luva, para a limpeza de banheiros (processo nº 0010487-95.2023.5.15.0061).



CLIPPING

DATA

29.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Em outra ação, a sentença deu razão a um recepcionista que pedia danos morais por ter sido assediado pela gerente “por meio de etarismo e ócio forçado”. O juiz Adib Pereira Netto Salim, da 2ª Vara do Trabalho de Vitória (ES), lembrou que “a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação é direito fundamental e integra o rol de core obligations [obrigações básicas] da OIT [Organização Internacional do Trabalho]”.

A prática discriminatória também foi confirmada por testemunha. Ela indicou demora em se fornecer senha de acesso ao sistema, perseguição e ofensas em razão da idade e das dificuldades do reclamante em desempenhar as atividades, já que não havia recebido treinamento prévio, o que fez o juiz arbitrar a condenação em R\$ 3 mil (processo nº 0001225-50.2023.5.17.0002). Segundo advogados, o principal motivo para o aumento dos processos é o convívio inédito de seis gerações no mercado de trabalho, o que propicia divergências. A rotina entre veteranos nascidos até a segunda guerra mundial (1945), com os “babies boomers”, geração X, millenials e as gerações mais jovens, Z e alpha, esta última nascida a partir de 2010, expõe as diferentes visões de mundo dos funcionários, criados em contextos históricos diversos, além de regime e formas de trabalho quase opostas.

Outro motivo é a popularização dos princípios de governança ambiental, social e corporativa (ESG) que têm sido mais adotados pelas empresas e estimulando a admissão de trabalhadores mais plurais. Ao buscar promover equidade, tornam-se mais frequente conflitos geracionais que podem terminar em litígio.

Justiça é favorável ao trabalhador, desde que comprovada a discriminação” — Antonio Vasconcellos

Para a advogada Leticia Ribeiro, sócia do Trench Rossi Watanabe, a presença de funcionários mais jovens tem influenciado a alta das ações por saberem melhor os limites e o que pode ser questionado no ambiente laboral. “O nível de tolerância para fins de qualidade no ambiente de trabalho está maior hoje em dia, a régua está mais exigente e não só para os mais jovens. Os mais sêniores estão mais à vontade para trazer esses questionamentos”, afirma. “Antigamente era difícil ver as pessoas trazerem esse debate para a Justiça do Trabalho.”

Segundo a advogada Priscila Kirchhoff, também sócia do escritório, o crescimento está relacionado a uma aplicação cada vez mais frequente da Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que presume a dispensa discriminatória em caso de doenças graves, como o HIV. Apesar de não dispor sobre etarismo, ela promoveu o debate sobre demissões por preconceito. Não há exatamente uma lei específica sobre etarismo, mas decisões favoráveis aos trabalhadores tomam como base a Lei nº 9.029/1995. Ela proíbe, em seu artigo 1º, “qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros”.

Além desse dispositivo, o Judiciário leva em conta a própria Constituição Federal, que no artigo 3º, IV, dispõe sobre o assunto e a CLT, no artigo 373-A. Há ainda a Lei 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, que veda a discriminação específica por idade e a fixação de um limite máximo para admitir ou manter uma pessoa no quadro de empregados. “É um arcabouço jurídico bastante robusto”, afirma Leticia. Para Priscila, a preocupação em manter trabalhadores em faixa etária superior é uma tendência global, já consolidada nos Estados Unidos, com a criação em 1967 do ADEA (Age Discrimination in Employment Act

ou Ato de Discriminação por Idade no Trabalho, em português). “Ele dá proteção a empregados com mais de 40 anos para que não sejam dispensados e sofram os prejuízos pela idade”, afirma.

Ela cita uma lei similar no Japão, que obriga a manutenção de empregados até 65 anos. “Já existe uma tendência lá de aumentar esse número para 70 anos e toda uma iniciativa de manter as pessoas trabalhando para evitar esse tipo de discriminação”, completa. De acordo com o advogado Antonio Vasconcellos Junior, sócio-fundador da AVJ Advogados, a maioria das decisões na Justiça do Trabalho é favorável aos funcionários, desde que comprovada a discriminação. “Na maioria das vezes, se comprova pelas testemunhas o ato praticado ou pelo procedimento da empresa”, afirma. “E quando não se reconhece a indenização, é justamente pela falta de prova do preconceito”. As indenizações podem chegar a 50 salários mínimos do empregado, segundo o artigo 223-B da CLT, lembra ele.

Na visão do advogado, os casos aumentaram nos últimos anos por conta da pandemia da covid-19. “As pessoas com idade mais avançada começaram a buscar novas oportunidades no mercado formal ou foram desligadas por conta da idade”, diz. Uma forma de combater esse tipo de discriminação, segundo ele, seria pela criação de políticas públicas para incentivar as empresas na contratação de pessoas mais velhas.

Sentença considera válido acordo coletivo

Acordo previa a dispensa de cerca de 10% dos funcionários acima de 62 anos

Marcela Villar

Uma decisão incomum na Justiça do Trabalho manteve acordo coletivo firmado pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), da Eletrobras, que previa a dispensa de cerca de 10% dos funcionários acima de 62 anos - aposentados ou prestes a fazer o pedido para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foi desconsiderada a discriminação por etarismo no caso. A sentença foi proferida pela juíza Alessandra Jappone Rocha Magalhães, da 51ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. A funcionária que questionou o acordo coletivo entrou com recurso, que está pendente de julgamento.

Segundo advogados, acordos coletivos dessa natureza, mesmo que mediados por sindicatos, são minoria hoje no mercado. Decisões como essa também destoam do entendimento majoritário do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Segundo levantamento do escritório Trench Rossi Watanabe, todas as oito turmas da Corte já proferiram decisões favoráveis aos trabalhadores. No caso julgado pela Justiça do Rio, a funcionária, admitida no Cepel por concurso público em 2006, procurou o Judiciário após ter sido demitida aos 62 anos. Nos autos, alega ter sido discriminada pela idade e pede a anulação da dispensa. Cerca de 20 pessoas foram desligadas.

A Cepel defende ser uma associação civil e de direito privado. Portanto, não sujeita às normas da administração indireta e com poder para demitir funcionários de forma imotivada. Afirma ainda que a dispensa foi feita em negociação coletiva, sem





CLIPPING

DATA

29.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

qualquer conduta discriminatória. E que foi paga indenização adicional de R\$ 82,1 mil para a funcionária. Para a juíza Alessandra Magalhães, o acordo fixa critérios claros e objetivos para os desligamentos, como a prioridade para a dispensa de aposentados e aposentáveis. Por isso, “não se pode presumir como discriminatório o critério adotado”, pois teve participação sindical “na defesa dos interesses dos empregados”.

A magistrada considerou que da mesma forma que é difícil a recolocação no mercado de trabalho de aposentados ou pessoas com idade avançada, o mesmo é aplicável para jovens. Esses funcionários também teriam dificuldades de retornar ao mercado, “por não possuírem experiência progressiva e que não implementaram as condições para aposentadoria” (processo nº 0100445-15.2023.5.01.0051). O advogado Maximiliano Garcez, da Advocacia Garcez, que atua pela funcionária, diz que conseguiu liminar favorável no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) para reintegrar a empregada no cargo, mas logo sobreveio a sentença contrária. A desembargadora Evelyn Correa de Guamá Guimarães, considerou que a norma coletiva do Cepel tem “viés etarista, que importou inevitavelmente na violação dos dispositivos constitucionais que vedam a discriminação”.

Garcez cita ainda uma segunda liminar contra o Cepel obtida em favor de um funcionário de 63 anos também desligado por suposto etarismo. Ele foi reintegrado à empresa e está trabalhando. A decisão foi dada pela desembargadora Maria Helena Motta, do TRT-RJ, mas ainda não há sentença nos autos (processo nº 0107171-27.2024.5.01.0000). Segundo ele e a advogada Juliana Gonçalves, do mesmo escritório, foi apresentado recurso contra a sentença para “obter a reintegração da trabalhadora, com fundamento em precedente do próprio tribunal contra o Cepel em situação idêntica, e também com base em jurisprudência do TST proibindo discriminação laboral baseada em etarismo.” A sentença, dizem as advogadas Leticia Ribeiro e Priscila Kirchhoff, sócias do Trench Rossi Watanabe, não é o entendimento que coa no TST. “Embora reforce o que a reforma de 2017 previa, que era a possibilidade de ter uma tratativa diferente da lei por meio de negociação coletiva, por outro lado, é uma decisão que vai na contramão do entendimento majoritário do TST”, diz Leticia. Esse tipo de acordo, de acordo com Priscila, tem sido cada vez mais evitado pelas empresas, em nome do movimento ESG. “As próprias empresas não têm buscado o sindicato para esse tipo de negociação com receio que gere uma interpretação equivocada.”

Elas lembram de acórdão recente da 3ª Turma do TST, no qual os ministros condenaram a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE) a indenizar e readmitir funcionário demitido por etarismo. O empregado, contratado em 1977, foi afastado em 2016 e pedia a anulação da dispensa. A sentença foi contrária a ele, mas foi revertida na segunda instância - decisão mantida pelo TST. Para a Justiça, ficou “demonstrado o caráter discriminatório da dispensa, uma vez que a medida adotada pela ré, sob a justificativa de sanear sua precária situação econômico-financeira, atingiu empregado que já reunia condições para aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social”. Foi determinada a reintegração do trabalhador no cargo.

O ministro Mauricio Godinho Delgado, da 3ª Turma do TST, afirmou que o artigo 373-A, II, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) veda recusar emprego ou motivar uma dispensa do trabalho por conta da idade. “Não por mera coincidência, os trabalhadores aposentados ou às vésperas da aposentadoria ostentam idade mais avançada. Nesse sentido, inclusive, tem sido decidido nesta Corte Superior, conforme julgados envolvendo idêntica parte reclamada”, diz (processo nº 20694-86.2017.5.04.0024). Por meio de nota ao Valor, a Cepel afirma que as dispensas estão amparadas pela cláusula oitava do acordo de

2022/2024. “Toda a negociação do ACT [acordo coletivo de trabalho] contou com a participação ativa dos trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e região (Sintergia-RJ) e pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ)”. Já a CPFL Energia, que adquiriu a CEEE, disse que “não compactua com atitudes discriminatórias de qualquer natureza” e que as demissões são de 2016, “antes portanto da aquisição do controle da empresa pela CPFL, que ocorreu no leilão de 2021”.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 29.10.2024 – PÁG. E2

Nova posição do STJ sobre cartas de fiança

O STJ recolocou nos trilhos o tratamento a ser dado aos créditos afiançados na recuperação judicial, reforçando a importância dos mecanismos legais de reestruturação de dívidas

Mariana Serachiani Clemente e Nathalia Nunes



No meio empresarial brasileiro, sabe-se da relevância das fianças bancárias para fortalecimento do mercado, na qualidade de produto bancário de notória liquidez e segurança. Por meio da fiança bancária, a instituição financeira, mediante a cobrança de uma taxa, assume o papel de fiador, no lugar da pessoa física (normalmente sócio ou acionista da empresa). No contexto de uma recuperação judicial (RJ), surgem dúvidas sobre o tratamento dos créditos do fiador quando este, após ser acionado para honrar a fiança, passa a ser credor de uma empresa em RJ.

Juridicamente, a situação é muito simples: ao pagar a dívida, o fiador assume o lugar do credor original no processo de RJ nas mesmas condições e privilégios que o outro tinha; privilégios esses atrelados às circunstâncias materiais da obrigação/crédito afiançado. Esse ponto é de extrema relevância, pois a natureza do crédito pode conferir mais ou menos poderes aos credores para cobrança de valores em aberto. Pela Lei de Recuperação Judicial e Falência (LFR), por exemplo, se a obrigação é constituída após o pedido de RJ de uma empresa, esse credor é chamado “extraconcursal”, significando que ele conserva, a princípio, o direito de execução em face da empresa em RJ. Por sua vez, se a obrigação é constituída antes, o crédito deverá necessariamente ser pago nos termos de um plano de recuperação judicial negociado com a coletividade de credores. No caso das cartas fianças bancárias, então, se o credor original se submetia aos efeitos da RJ, o fiador assumiria a posição de credor nessas mesmas condições.

Contudo, o tema passou a gerar insegurança jurídica em 2020, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) conferiu critérios distintos para classificar o crédito do fiador. Em linhas gerais, o STJ entendeu que o fiador não assumiria um crédito já existente quando da honra da fiança, mas sim uma espécie de “novo” crédito. Por isso, se o fiador honrasse a fiança no curso de um processo de RJ, o crédito por ele assumido seria considerado “extraconcursal” com todos os privilégios de cobrança decorrentes dessa classificação; privilégios esses que o credor original não possuía. Essa interpretação contradizia não só a dinâmica de classificação de créditos prevista na LFR, mas também regras básicas do Código Civil que estabelecem a



CLIPPING

DATA
29.10.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

fiança como uma obrigação acessória e definem que o fiador deve substituir o credor original, sem alterar a natureza do crédito.

Essa posição do STJ preocupou o mercado. Afinal o maior recorte de endividamento de empresas em RJ é justamente de dívidas garantidas por fianças, dada a sua grande utilização por instituições financeiras. Além disso, é fato que os credores originais costumam acionar a fiança já no curso da RJ, após declaração de vencimento antecipado de seus contratos de financiamento em razão do próprio pedido de recuperação (cláusula comum nesse tipo de contrato, apesar de questionável). Assim, parcela significativa do endividamento da empresa em RJ era excluída do seu processo de reestruturação, agravando a crise empresarial em muitos dos casos.

Felizmente, em agosto, o STJ revisou esse entendimento. O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva destacou que, ao ser paga a fiança, o fiador apenas substitui o credor original, sem criar nova relação jurídica com o devedor. Assim, se o crédito garantido pela fiança se submetia aos efeitos da RJ, o fiador assumirá um crédito também sujeito à RJ, independentemente do momento em que honra a fiança. O ministro enfrentou o cerne da inconsistência da posição que vinha prevalecendo sobre esse tema, destacando, em seu voto, ser um contrassenso admitir que diferentes fiadores de uma mesma dívida possuam tratamento distinto no universo da RJ, apenas por terem honrado seus compromissos em datas diversas.

Com isso, restabelece que a natureza do crédito não está atrelada à pessoa do credor que assume a sua titularidade em função da honra da fiança, tampouco ao momento em que há o seu pagamento pelo fiador, mas sim está vinculada aos direitos e privilégios do próprio crédito que já existe e é apenas transferido a outro credor. A correção de rota é essencial para coibir o que, antes, representava verdadeiro convite aos credores para sempre escolherem chamar a fiança após o pedido de RJ, já que, nessa situação, o credor principal seria pago pelo fiador, e esse último manteria os privilégios de cobrança do crédito fora da RJ.

Pode parecer uma vantagem à primeira vista aos credores, mas ela é só aparente mesmo. A multiplicação de cartas fianças e o aumento do pool de credores capazes de cobrar suas dívidas milionárias apenas agrava o problema da empresa em crise, sufocando o seu caixa, minando sua produção, esvaziando estoques, comprometendo relações comerciais e, em última instância, culminando até mesmo na liquidação de empresa outrora viável. Nesse cenário, quem tem muito a perder são os próprios credores, agora arrastados a uma forma de pagamento legal que raramente é compensadora. Por isso, a importância de o STJ ter recolocado nos trilhos o tratamento a ser dado aos créditos afiançados na RJ, reforçando a importância dos mecanismos legais de reestruturação de dívidas mediante a efetiva negociação coletiva entre a empresa em crise e os seus credores, de modo a alcançar solução comum a um problema que, veja-se, afeta a todos.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 29 de outubro - Dia Nacional do Livro

Dia Nacional do Livro foi instituído em razão da transferência da Biblioteca Nacional de Portugal para o Brasil.

Em 29 de outubro, comemora-se o Dia Nacional do Livro. A escolha da data deu-se em homenagem ao dia em que também foi fundada a Biblioteca Nacional do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, quando a Real Biblioteca Portuguesa foi transferida para a colônia, em 1810.

História do livro

O que nem todo mundo sabe é que, inicialmente, os livros eram bem diferentes do que são hoje. Para quem está acostumado com livros de boa aparência, com revisão ortográfica e uma capa bem diagramada, saiba que, antes disso, na Antiguidade, os livros eram feitos de outro modo. Os primeiros registros gráficos foram feitos em papiro, uma espécie de lâmina retirada do caule de uma planta de mesmo nome e que possibilitava a escrita. Tempos depois os rolos de papiro foram substituídos pelo pergaminho, que possibilitava ser costurado, já que era feito de pele animal e tinha mais resistência.



O papel chegou na Idade Média e os livros, ainda escritos à mão, começaram a substituir os pergaminhos. Em meados de 1455, o alemão Johannes Gutenberg causou a mudança que veio a ser revolucionária para a história da escrita. Gutenberg criou uma técnica de prensa com uma impressora que reproduzia letras e símbolos com relevo esculpido em metal. O processo espalhou-se rapidamente pela Europa e, logo, pelo mundo.

Primeiras impressões

A primeira impressão de um livro por Gutenberg foi a Bíblia. Inicialmente ele começou a produzir páginas com 40 linhas, mas o custo para isso era alto. Resolveu então utilizar 42 linhas em duas colunas por página. O exemplar foi escrito em latim e teve 1.282 páginas. No Brasil, o primeiro livro impresso foi Marília de Dirceu, do autor Tomás Antônio Gonzaga, em 1810. Com a chegada da imprensa ao país, as máquinas de impressão eram utilizadas para imprimir os jornais com notícias de interesse do governo português, que financiava as impressões. Isso fazia com que muitos autores brasileiros optassem por imprimir suas obras em países europeus.

Evolução do livro

No século XX, começaram a surgir as bibliotecas organizadas e a preservação e coleção de livros. Já no século seguinte, as bibliotecas passaram a ser construídas para a frequência de leitores, já que surgia a angústia de, muitas vezes, não ser possível ler o livro todo, o anseio de preservá-lo e a preocupação com o acesso a ele. Com o crescimento da tecnologia, outro formato de livros ganhou espaço: os livros digitais.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA

29.10.2024

PÁGINA Nº

27 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Esses “livros do futuro” têm a possibilidade não só de trazer novas publicações em meios digitais, mas de reproduzir as mais antigas publicações da história.

Ainda há muitos apaixonados pela forma física do livro, que gostam de marcar suas páginas, fazer anotações nelas, sentir seu cheiro, e colecionar títulos. No entanto, a praticidade do meio digital ganhou muito espaço, e, hoje, leitores optam por consumir livros em versões digitais, pelo celular, computador, tablets e leitores digitais.